

## **Seja Bem-vindo: práticas, teorias e desafios da inclusão na Educação Infantil**

**Adriana da Paz Lacerda**

Universidade Del Sol – PY

**Ronize Junqueira Rodrigues**

Universidade Del Sol – PY

**Resumo:** Esta investigação tem como objetivo explorar o processo de inclusão na educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas. Com o aumento da presença de crianças com necessidades educativas especiais em turmas regulares, torna-se imprescindível que as instituições de ensino assegurem a acessibilidade e, sobretudo, ofereçam uma formação adequada aos educadores. Assim, a sala de aula se transforma em um espaço fundamental para fomentar a inclusão desejada. Para além das dificuldades materiais que as escolas enfrentam, a inclusão é ainda comprometida pela falta de uma formação apropriada dos profissionais. Com base em teóricos da área, os resultados indicaram que se deve revelar esses desafios a fim de propor soluções viáveis, que reflitam criticamente para traçar novas direções e, quem sabe, descobrir uma nova trajetória.

**Palavras-chave:** Desafios. Inclusão. Educação Infantil. Educação Especial.



Recebido em: Setembro 2024; Aceito em: Fev. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.566

***Aproximações e Convergências: pautas científicas multitemáticas***

Abril, 2025, v. 3, n. 25

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## **Welcome: Practices, Theories, and Challenges of Inclusion in Early Childhood Education**

### **Abstract:**

This research aims to explore the process of inclusion in early childhood education, focusing on pedagogical practices. With the rising presence of children with special educational needs in regular classes, it is essential for educational institutions to ensure accessibility and, above all, provide adequate training for educators. Consequently, the classroom becomes a crucial space for fostering the desired inclusion. Beyond the material challenges faced by schools, inclusion is further hindered by the lack of appropriate training for professionals. Based on theories in the field, the results indicate that these challenges must be acknowledged in order to propose viable solutions that critically reflect on the way forward and potentially unveil new trajectories.

**Keywords:** Challenges. Inclusion. Early Childhood Education. Special Education.

## **Bienvenido: prácticas, teorías y desafíos de la inclusión en la Educación Infantil**

**Resumen:** Esta investigación tiene como objetivo explorar el proceso de inclusión en la educación infantil, con un énfasis particular en las prácticas pedagógicas. Ante el incremento de la presencia de niños con necesidades educativas especiales en aulas regulares, resulta imprescindible que las instituciones educativas garanticen la accesibilidad y, sobre todo, ofrezcan una formación adecuada para los educadores. De este modo, el aula se convierte en un espacio esencial para promover la inclusión deseada. Además de las dificultades materiales que enfrentan las escuelas, la inclusión también se ve comprometida por la falta de una formación apropiada para los profesionales. Basándonos en teorías del campo, los resultados indican que es necesario visibilizar estos desafíos con el fin de proponer soluciones viables, que permitan una reflexión crítica para trazar nuevas direcciones y, ojalá, descubrir una nueva trayectoria.

**Palabras clave:** Retos. Inclusión. Educación Infantil. Educación Especial.

## INTRODUÇÃO

O número de crianças com necessidades especiais que ingressam em instituições de ensino regular de Educação Infantil tem apresentado um crescimento significativo. Desde 1961, discute-se a relevância de assegurar uma inclusão efetiva e humanizada, a qual abrange a matrícula da criança e a disponibilização de suporte pedagógico específico. As diretrizes a respeito desse tema estão estabelecidas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBs), que asseguram o direito à educação sem discriminação para crianças e adolescentes com necessidades especiais (Brasil, 1961).

De acordo com a LDB, no capítulo V, que aborda a Educação Especial, é mencionado que essa modalidade deve ser acessível desde a infância, especificamente para crianças de zero a seis anos, correspondendo, portanto, ao período da Educação Infantil. Assim, as crianças com necessidades especiais possuem o direito de serem integradas nas escolas regulares, o que tem levado a um aumento na demanda por essas instituições (Brasil, 1996).

Entretanto, é fundamental que as escolas se preparem quanto à acessibilidade e à formação de seus profissionais. Muitas instituições ainda não estão adequadas, seja em relação à infraestrutura ou à capacitação da equipe, a qual inclui tanto docentes quanto auxiliares. É essencial promover uma transformação nos ambientes educacionais, além de garantir que os professores recebam formação continuada, aprimorando suas metodologias e práticas para atender à diversidade dos alunos. A escola deve ser um espaço que respeite as diferenças em cor, credo, raça, habilidades e limitações, promovendo um aprendizado orientado para a cidadania.

Essa situação é ainda mais evidente na Educação Infantil, onde muitas crianças não recebem diagnósticos adequados, o que pode refletir a resistência dos familiares ou as limitações dos serviços de saúde. Esses desafios evidenciam a urgência na atualização de profissionais da educação e das equipes de apoio para potencializar a inclusão e garantir o direito à educação, respeitando a individualidade de cada criança. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) destaca que o maior desafio da Escola

Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, que eduque a todos sem discriminação, respeitando as diferenças.

Diante deste panorama, o presente artigo se propõe discutir os desafios e as oportunidades no processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, fomentando uma reflexão sobre soluções a partir de diálogos com especialistas como Drago (2011), Mantoan (2005), Viana (2002) e Vygotsky (1998). A metodologia selecionada para este estudo é a pesquisa bibliográfica, que possibilita uma compreensão mais abrangente do tema. Serão destacados aspectos relevantes para uma análise crítica sobre o processo de inclusão, alinhando teoria e prática pedagógica.

## **O CONTEXTO DESAFIADOR DA INCLUSÃO**

A Educação Especial no Brasil tem passado por diversas transformações nas últimas décadas. O debate contemporâneo ressalta a importância das instituições de educação infantil em promover uma integração inclusiva entre as funções de educar e cuidar, eliminando a distinção e hierarquização entre os profissionais e as instituições que atendem às crianças pequenas. É fundamental compreender que a inclusão se realiza ao acolher todos os alunos sem distinção, promovendo a ampliação dos conhecimentos e a diversificação nas metodologias de ensino e na avaliação da aprendizagem. Isso implica em práticas que transcendem a mera integração, voltando-se para uma inclusão efetiva, caracterizada pelo convívio, cooperação e valorização das particularidades de cada sujeito (Avelar, 2016).

Historicamente, durante a República Velha, as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da escolarização, sendo vistas como incapazes pela legislação da época. A preocupação com o que era considerado "anormal" se reflete na literatura médica e nas diretrizes educacionais, que restringiam o acesso dessa população ao ensino. Entretanto, essa realidade começou a se transformar com a promulgação de leis e das LDBs que asseguram os direitos das crianças, incluindo aquelas com limitações. Essas normas são essenciais para as políticas públicas educacionais, que almejam

erradicar a segregação e a discriminação, sendo imperioso o compromisso em identificar e superar as barreiras à inclusão.

De acordo com Mantoan (2005), a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Contudo, frequentemente, as legislações não são respeitadas devido a obstáculos presentes no cotidiano escolar, onde muitas instituições se limitam ao básico da educação, ou seja, a uma integração superficial, sem considerar a dimensão biopsicossocial, que requer ações interdisciplinares para o pleno desenvolvimento do aluno.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação têm como objetivo materializar o compromisso com a educação inclusiva, estabelecendo diretrizes para o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais. A LDB, em seu Artigo 59, Inciso I, enfatiza a relevância das adaptações curriculares para atender às especificidades desses educandos (Brasil, 1996).

Portanto, antevejo a possibilidade de superar a segregação ao assumir um compromisso com a educação inclusiva e com a eliminação de barreiras. Para isso, são imprescindíveis políticas públicas que incentivem a formação contínua dos educadores, a adequação dos ambientes escolares e a disponibilização de recursos para acessibilidade, que são essenciais para romper com o antigo modelo de exclusão (Avelar, 2005).

É primordial que os educadores compreendam a singularidade de seus alunos, desenvolvendo empatia para reconhecer suas emoções e buscar soluções para as dificuldades que apresentam. O papel da educação é criar condições para que as crianças construam conhecimentos e se desenvolvam como cidadãs, cientes de seus direitos e deveres. Todos nós somos diferentes, com características únicas em busca de aceitação e reconhecimento. Embora essa diversidade esteja garantida pela Constituição, ainda persistem estereótipos que reduzem as pessoas a categorias rígidas, desconsiderando sua capacidade de transformação (Brasil, 1988).

Esse cenário desafiador revela a urgência da atualização e preparo dos profissionais da educação, para que possam promover uma inclusão efetiva, assegurando o direito à educação a todas as crianças e respeitando suas

singularidades. Como destaca o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, o grande desafio da Escola Inclusiva é implementar uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todos sem discriminação, respeitando as diferenças.

Neste contexto, o presente trabalho se propõe a discutir os desafios e as possibilidades do processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, evidenciando, por meio da prática pedagógica, caminhos que favoreçam essa inclusão. Propõe-se uma reflexão sobre a temática, explorando soluções que podem surgir a partir do diálogo com estudiosos como Drago, Mantoan, Viana, Vygotsky (1998), entre outros. Assim, optou-se pela pesquisa bibliográfica como metodologia, que possibilita uma visão abrangente do objeto em estudo.

A citação de Vygotsky enfatiza que "o curso do desenvolvimento precede sempre o da aprendizagem", salienta a singularidade de cada aluno e suas variações no processo de aprendizado, sendo fundamental reconhecer suas condições cognitivas e emocionais. Vygotsky (1998) refutava a ideia do déficit como uma limitação apenas quantitativa, sustentando que a criança com defasagem se desenvolve de forma distinta, moldada por sua estrutura biológica e psicológica.

Portanto, é necessário enxergar cada criança como um indivíduo em processo de construção, capaz de transformação, reafirmando a importância de uma educação inclusiva que respeite e valorize as diferenças.

## **NOVOS PERFIS DE FAMÍLIAS E OS PROCESSOS INCLUSIVOS**

A sociedade vem passando por transformações ao longo dos anos, moldadas pelas demandas das pessoas em distintos períodos e contextos. Essas mudanças são consequência do esforço humano, que altera a natureza e requer habilidades, conhecimentos e competências. O ser humano expressa suas expectativas ao considerar alternativas e estabelecer objetivos e consequências de maneira consciente. Por meio do trabalho, é possível analisar o contexto histórico de cada etapa da sociedade brasileira, levando em conta fatores externos como política, economia, cultura e educação, que impactam as relações sociais e a dinâmica familiar (Rocha, 2006).

A evolução dos fatores socioeconômicos forçou as famílias a se adaptarem às novas relações sociais, facilitando o surgimento do sistema capitalista de produção. Essa transformação pode ser observada desde o período de colonização do Brasil até os dias atuais. Durante a época colonial e após a independência, a estrutura familiar patriarcal, composta por pai, mãe e filhos biológicos, predominava. Filhos frutos de relacionamentos informais, como aqueles entre patrões e empregadas, eram frequentemente considerados bastardos, especialmente as meninas. As autoridades governamentais e a elite da época demonstravam desinteresse pela realidade da população menos favorecida, preocupando-se apenas com as revoltas geradas pela miséria, que poderiam ameaçar seu poder. As crianças eram deixadas à mercê da sociedade, que continuava a explorá-las e a inseri-las no mundo adulto (Rocha, 2006).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a família como base da sociedade e atribui ao Estado a responsabilidade de sua proteção, novas transformações começaram a emergir (Brasil, 1988). Nos anos 1930, com o início da Revolução Feminina, o conceito de família começou a se reformular. As mulheres conquistaram o direito ao voto e começaram a ingressar no mercado de trabalho nas indústrias, enquanto uniões informais tornaram-se mais comuns, desafiando as tradições da Igreja. A declaração dos Direitos Humanos pela ONU assegurou o direito à liberdade no casamento e à igualdade nas relações. A globalização trouxe inovações, como a pílula anticoncepcional, que desvinculou o casamento da procriação. Dessa forma, as pessoas alteraram seus planos de vida, priorizando a inserção no mercado de trabalho, o casamento e a estabilidade social.

A legalização da Lei da Separação em 1998 resultou na emergência de novas estruturas familiares, introduzindo a figura do padrasto e da madrasta, além de uma diminuição na quantidade de filhos por família. Atualmente, coexistem diversas configurações familiares, sendo destacadas a família patriarcal, considerada tradicional, composta por pai, mãe e filhos; a família monoparental, reconhecida pela Constituição como formada por um dos genitores e seus descendentes; e a família reconstituída, onde um ou ambos os cônjuges formam um novo casal, com ou sem filhos. Na contemporaneidade,

também se observa a participação de famílias formadas por casais homossexuais que buscam judicialmente o direito de adotar crianças.

## **OS DESAFIOS DO HOJE E AS PREMISSAS DO AMANHÃ**

Na contemporaneidade, a inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil emerge como uma área relevante para reflexão. A avaliação deste processo requer um diálogo construtivo entre teoria e prática pedagógica. Para atender a todos os alunos, o educador deve elaborar um plano de ensino que se adeque à Política de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este atendimento é essencial para complementar e enriquecer o ensino cotidiano, promovendo a autonomia dos alunos.

Dessa maneira, a inclusão se materializa na prática, incentivando tanto educadores quanto alunos a buscarem conhecimento de acordo com as capacidades e condições cognitivas de cada um, em turmas regulares. O aprendizado respeita as singularidades de cada estudante, contribuindo para seu desenvolvimento integral (Viana, 2002).

Nos últimos anos, a discussão sobre inclusão adquiriu maior seriedade e relevância. O foco do debate reside em como articular o poder público com a sociedade e nos desafios da discriminação vivenciados por pessoas com deficiência. Muitas vezes, essa discriminação ocorre de forma não intencional, resultante da carência de informação sobre como interagir com essas pessoas. Portanto, é fundamental sempre utilizar o nome da pessoa ao se referir a ela, evitando constrangimentos por meio de termos inadequados (Viana, 2002).

Atualmente, o processo de inclusão tem avançado de maneira significativa. Os professores, além de receber formação contínua das secretarias de educação, contam com disciplinas específicas nos cursos superiores, como a Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), que auxiliam na inclusão de alunos com deficiência auditiva nas salas de aula.

Assim como qualquer ser humano, as pessoas com deficiência têm o direito de serem tratadas com dignidade e não devem ser excluídas do convívio social, um direito garantido pela Constituição. Cada vez mais, indivíduos e grupos se mobilizam contra qualquer forma de discriminação e exclusão,



especialmente em relação às pessoas com deficiência. Mantoan (2005, p. 24) destaca que a escola possui o poder de edificar uma sociedade mais democrática ao proporcionar oportunidades a todos. Segundo ela, na escola inclusiva, professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças.

Atualmente, é mais simples para uma criança conviver com as diferenças do que para um adulto que já consolidou sua mentalidade. As crianças estão em um processo de formação, tanto física quanto mental, e a escola representa um ambiente onde se experimentam diversas diferenças. Isso as torna mais abertas para aceitar outras pessoas, uma vez que, nesse espaço, todos são tratados de maneira democrática, assegurando o direito individual de cada um (Drago, 2011).

Assim, a Constituição de 1988 (art. 205) garante o acesso de todos a um ensino de qualidade (Brasil, 1988). Alunos com Necessidades Especiais devem receber um atendimento que favoreça sua inclusão em escolas regulares, sempre respeitando suas particularidades. Esse respeito deve ser cultivado desde os primeiros anos escolares, para que as crianças cresçam aprendendo a valorizar a diversidade entre os indivíduos (Drago, 2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo tem como objetivo aprofundar a análise sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Através da revisão das obras referenciadas na fundamentação teórica, percebe-se que esse processo teve início há muitos anos e tem passado por transformações contínuas, visando aprimorar o atendimento a esses estudantes. Contudo, ainda se apresenta um longo caminho a ser percorrido.

As instituições de ensino nem sempre contam com uma infraestrutura adequada para acolher esses alunos e a contratação de profissionais específicos para esse atendimento é, geralmente, realizada de forma temporária, o que acarreta entraves significativos, uma vez que nem sempre os mesmos educadores permanecem de um ano para o outro. A seleção desses

profissionais quando feita por meio de processos seletivos em nível estadual e municipal, o que gera elevados custos não priorizados pelos governantes.

Ainda há muito a ser conquistado em termos de inclusão nas escolas de Educação Infantil. Os desafios vão além da carência de materiais e da acessibilidade, englobando também a escassez de professores e a necessidade de formação adequada. Apesar das legislações e dos avanços já realizados, os obstáculos permanecem. A escola deve funcionar como um espaço formador onde as estratégias emergem do cotidiano e são implementadas de acordo com as disponibilidades de recursos materiais e humanos.

Este trabalho também aborda a diferenciação entre integração e inclusão. A integração diz respeito ao cumprimento das normas, possibilitando que alunos sejam inseridos no ambiente educativo, enquanto a inclusão se estende além disso, criando oportunidades para que esses estudantes se integrem plenamente nesse contexto. A inclusão valoriza a qualidade das ofertas, em detrimento da quantidade.

Portanto, é fundante que toda a equipe escolar esteja atenta às necessidades dos alunos e disposta a revisar algumas concepções, aprendendo a ouvir ativamente e a buscar soluções em conjunto com os educandos. A partir desse processo de desconstrução, devemos encarar os desafios e trabalhar para o contínuo aprimoramento da inclusão, adotando práticas pedagógicas e promovendo experiências que favoreçam esse avanço. Não existe um único caminho a ser seguido, mas sim uma variedade de opções que envolvem riscos nas decisões a serem tomadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, A. P. **Pode a paralisia cerebral produzir movimentos subjetivos?** Belo Horizonte, 2005. Monografia de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

AVELAR, A. P. **Importância dos jogos e brincadeiras na construção do sujeito no desenvolvimento da aprendizagem nos grupos dos Serviços de**

**Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS:** Regate das brincadeiras tradicionais. Guanhões, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988a

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013.

DRAGO, R. **Uma fresta na janela:** A educação inclusiva. In: Inclusão na educação infantil. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil.** Ministério da Educação, novembro de 2007.

MANTOAN, M. T. E. **A Educação especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar, 2005.

VIANA, J. M. Educação e cidadania começam na infância. IN: SOUSA, R. C. de.; BORGES, M. F. S. T. (orgs.). **A práxis na formação de educadores infantis.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vygotsky, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEF, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Trad.: Maria da Penha Villa lobos. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 1998. (Trabalho originalmente publicado em 1933).

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar.** O que é? Por Quê?, Como Fazer?. Editora Moderna. Campinas SP.

ROCHA, Nedna Aparecida Netto. **A Dinâmica dos diferentes arranjos familiares, atendidos pela instituição “Educandário Menino Jesus de Praga”.** Universidade de Uberaba, 2006. Monografia.

SILVA, Célia Nunes. et al. **Trabalho apresentado no Seminário Construção da Cidadania:** Desdobramentos dos Atendimentos às vítimas de Violência pela

SEDH/PR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – Subsecretaria de Direitos Humanos – através do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, BH, Life Empresarial – 2005.